



TEORIA E EXERCÍCIOS

SEE-SP

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO -
GEOGRAFIA**

- ✓ Parte Geral - Livros e Artigos
- ✓ Parte Geral - Publicações Institucionais
- ✓ Parte Geral - Legislação
- ✓ Parte Específica - Conhecimentos
- ✓ Parte Específica - Livros e Artigos
- ✓ Parte Específica - Publicações Institucionais



Conteúdo de acordo
com o último edital
Questões gabaritadas

Secretaria da Educação do Estado de São Paulo

SEE-SP

Professor de Ensino Fundamental e Médio - Geografia

APRESENTAÇÃO

Se você tem este livro em mãos, é porque está construindo sua jornada rumo à tão sonhada aprovação com compromisso e dedicação.

A Editora Nova Concursos será sua maior aliada neste percurso, oferecendo um material de qualidade que será seu guia de estudos.

Nosso livro foi elaborado com a experiência de professores renomados, especialistas em concursos públicos, somada à organização e dedicação do nosso time editorial.

O conteúdo programático do edital foi criteriosamente analisado para abordar todos os temas cobrados em um sumário que foi pensado para te apresentar uma sequência lógica; isso facilitará a compreensão do conteúdo cobrado para o cargo de Professor de Ensino Fundamental e Médio - Geografia de acordo com o Edital de Abertura de Inscrições nº 01/2023, da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo - SEE-SP.

Para complementar seus estudos e auxiliar sua memorização, ao decorrer da teoria você encontrará recursos como boxes Importante e Dica, com macetes valiosos selecionados para otimizar seu tempo; para um planejamento completo, ao final de todas as disciplinas apresentamos a seção Hora de Praticar, com questões gabaritadas da banca do último edital, organizadora contratada para a realização do certame para que você pratique a teoria e já conheça o perfil da banca.

Este material é um verdadeiro diferencial, pois proporciona uma abordagem completa e especializada que irá te guiar até o sucesso.

Vamos juntos rumo à aprovação!

AVISO **IMPORTANTE**

ESTE É UM MATERIAL DE DEMONSTRAÇÃO

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da apostila. Aqui você encontrará o sumário do material e algumas páginas selecionadas, para que possa conhecer a qualidade, a estrutura e a metodologia do nosso conteúdo. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE ADQUIRIR A VERSÃO COMPLETA?

- ✓ conteúdo organizado de acordo com o edital;
- ✓ teoria objetiva e atualizada;
- ✓ dicas e fluxogramas para auxiliar a memorização;
- ✓ questões gabaritadas para o treino da teoria.

**GARANTA A VERSÃO COMPLETA DO
MATERIAL COMPLETO COM DESCONTO!**

QUERO MATERIAL COMPLETO!

SUMÁRIO

PARTE GERAL - LIVROS E ARTIGOS	11
■ INTEGRAÇÃO CURRÍCULO E TECNOLOGIAS E A PRODUÇÃO DE NARRATIVAS DIGITAIS	11
■ RACISMO ESTRUTURAL.....	13
■ PROJETOS DE VIDA: FUNDAMENTOS PSICOLÓGICOS, ÉTICOS E PRÁTICAS EDUCACIONAIS	15
■ ENSINO HÍBRIDO: PERSONALIZAÇÃO E TECNOLOGIA NA EDUCAÇÃO	17
■ NARRATIVAS QUILOMBOLAS.....	20
■ DIREITOS HUMANOS, EDUCAÇÃO E INTERCULTURALIDADE: AS TENSÕES ENTRE IGUALDADE E DIFERENÇA.....	21
■ SISTEMAS NACIONAIS DE AVALIAÇÃO E DE INFORMAÇÕES EDUCACIONAIS	22
■ TORNAR-SE SELVAGEM	24
■ A AULA NOTA 10	27
■ AULA NOTA 10 - 3.0: 63 TÉCNICAS PARA MELHORAR A GESTÃO DA SALA DE AULA.....	30
■ PEDAGOGIA DOS MULTILETRAMENTOS	41
■ SABERES DOCENTES E FORMAÇÃO PROFISSIONAL	42
■ METODOLOGIAS ATIVAS DE APRENDIZAGEM: ELABORAÇÃO DE ROTEIROS DE ESTUDOS EM “SALAS SEM PAREDES”	43
■ MÉTODOS PARA ENSINAR COMPETÊNCIAS.....	44
■ OBSERVAÇÃO DE AULA E AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DOCENTE	44
 PARTE GERAL - PUBLICAÇÕES INSTITUCIONAIS	 51
■ CONSELHOS ESCOLARES: DEMOCRATIZAÇÃO DA ESCOLA E CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA	51
■ INDICADORES DA QUALIDADE NA EDUCAÇÃO	53
■ BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC): INTRODUÇÃO	53
■ MATRIZES DE REFERÊNCIA PARA AVALIAÇÃO: DOCUMENTO BÁSICO	65
■ LEI Nº 15.667, DE 12 DE JANEIRO DE 2015 – DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E ATUAÇÃO DOS GRÊMIOS ESTUDANTIS NOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO PÚBLICOS E PRIVADOS.....	68

■ DIRETRIZ CURRICULAR DE TECNOLOGIA E INOVAÇÃO.....	68
■ DIRETRIZES DO PROGRAMA ENSINO INTEGRAL	73
■ CURRÍCULO PAULISTA - ENSINO FUNDAMENTAL.....	78
■ CURRÍCULO PAULISTA - ENSINO MÉDIO.....	84
■ POLÍTICA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO	97
■ CENTRO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....	103
 PARTE GERAL - LEGISLAÇÃO.....	 113
■ LEI Nº 7.398, DE 4 DE NOVEMBRO DE 1985 – DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DE ENTIDADES REPRESENTATIVAS DOS ESTUDANTES DE 1º E 2º GRAUS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	113
■ LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990 – DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA CRIANÇA DO ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	113
ARTIGOS 1º A 6º.....	113
ARTIGOS 15 A 18-B	115
ARTIGOS 60 A 69	117
■ LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996 – ESTABELECE AS DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL.....	118
■ RESOLUÇÃO Nº 1, DE 30 DE MAIO DE 2012 – ESTABELECE DIRETRIZES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	146
■ RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 4, DE 29 DE MAIO DE 2024.....	150
■ LEI 15.667, DE 12 DE JANEIRO DE 2015 – DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E ATUAÇÃO DOS GRÊMIOS ESTUDANTIS NOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO PÚBLICOS E PRIVADOS.....	155
■ ART. 95 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 444, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1985 – DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DO MAGISTÉRIO PAULISTA E DÁ PROVIDÊNCIAS CORRELATAS	157
■ LEI COMPLEMENTAR Nº 1.374, DE 30/03/2022 – INSTITUI PLANOS DE CARREIRA E REMUNERAÇÃO PARA OS PROFESSORES DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO, PARA OS DIRETORES ESCOLARES E PARA OS SUPERVISORES EDUCACIONAIS DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	158
■ LEI Nº 16.279, DE 08 DE JULHO DE 2016 – APROVA O PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	163
■ DECRETO Nº 55.588, DE 17 DE MARÇO DE 2010 – DISPÕE SOBRE O TRATAMENTO NOMINAL DAS PESSOAS TRANSEXUAIS E TRAVESTIS NOS ÓRGÃOS PÚBLICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO E DÁ PROVIDÊNCIAS CORRELATAS.....	178

■	DECRETO Nº 57.571, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2011 – INSTITUI, JUNTO À SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, O PROGRAMA EDUCAÇÃO - COMPROMISSO DE SÃO PAULO E DÁ PROVIDÊNCIAS CORRELATAS	179
■	DECRETO Nº 66.799, DE 31 DE MAIO DE 2022 (PROGRAMA ENSINO INTEGRAL - PEI)	182
	PARTE ESPECÍFICA - CONHECIMENTOS	193
■	CONCEITOS ESTRUTURANTES DA CIÊNCIA GEOGRÁFICA	193
	ESPAÇO GEOGRÁFICO, PAISAGEM, LUGAR, TERRITÓRIO E REGIÃO, BEM COMO SUAS APROXIMAÇÕES E ELEMENTOS CONSTITUTIVOS	193
	BIOMAS E DOMÍNIOS MORFOCLIMÁTICOS E AS RELAÇÕES COM DIFERENTES POPULAÇÕES HUMANAS: NO TERRITÓRIO BRASILEIRO E EM OUTRAS REGIÕES DO MUNDO	193
■	PAPEL DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS E DOS POVOS ORIGINÁRIOS NA TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO	197
■	PROCESSOS E SUJEITOS ENVOLVIDOS NOS SETORES PRODUTIVOS DA ECONOMIA, CONSIDERANDO DIVERSAS ESCALAS GEOGRÁFICAS (LOCAL, ESTADUAL, NACIONAL, REGIONAL, GLOBAL)	200
■	URBANIZAÇÃO E DINÂMICAS SOCIOESPACIAIS, INCLUINDO ASPECTOS ECONÔMICOS, POLÍTICOS, CULTURAIS E AMBIENTAIS, ALÉM DOS RISCOS E DESASTRES E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PLANEJAMENTO URBANO	203
■	LINGUAGEM CARTOGRÁFICA: LEITURA, INTERPRETAÇÃO E ELABORAÇÃO DE MAPAS E DEMAIS PRODUTOS CARTOGRÁFICOS ACESSÍVEIS	206
■	GEOTECNOLOGIAS (GPS, SIG, ENTRE OUTROS)	214
■	FORMAÇÃO, REGIONALIZAÇÃO E MUDANÇAS DO TERRITÓRIO BRASILEIRO: ASPECTOS ECONÔMICOS, POLÍTICOS, CULTURAIS, SOCIAIS/DEMOGRÁFICOS E AMBIENTAIS	222
■	FLUXOS ECONÔMICOS E INDICADORES SOCIOECONÔMICOS, DEMOGRÁFICOS E AMBIENTAIS DE DIFERENTES TERRITÓRIOS (IDH, IDHM, GINI, ÍNDICE DE DESMATAMENTO, ENTRE OUTROS)	241
■	POPULAÇÃO EM DIFERENTES LUGARES: DESLOCAMENTOS (VOLUNTÁRIOS E FORÇADOS), DEMOGRAFIA, FORMAÇÃO (DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL) E MANIFESTAÇÕES CULTURAIS	244
■	AMÉRICA, ÁFRICA, EUROPA, ÁSIA E OCEANIA: TERRITÓRIO (ASPECTOS FÍSICOS E POLÍTICOS), REGIONALIZAÇÃO, POPULAÇÃO, ECONOMIA, CULTURA E MODOS DE VIDA	246
■	GEOPOLÍTICA: ORGANISMOS INTERNACIONAIS, TENSÕES E CONFLITOS, POTÊNCIAS GLOBAIS, ACORDOS SUPRANACIONAIS, BLOCOS ECONÔMICOS, ENTRE OUTROS	250
■	GLOBALIZAÇÃO E SUA INFLUÊNCIA NA ECONOMIA, SOCIEDADE, CULTURA, POLÍTICA E NO MEIO AMBIENTE	252

■	DESIGUALDADES NOS TERRITÓRIOS: ASPECTOS SOCIAIS, POLÍTICOS, ECONÔMICOS, CULTURAIS E AMBIENTAIS, INCLUINDO OS PROCESSOS DE SEGREGAÇÃO E EXCLUSÃO, OS MOVIMENTOS URBANOS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	255
■	REDES DE COMUNICAÇÃO E TRANSPORTES.....	257
	RELACIONAMENTOS COM OS FLUXOS MATERIAIS (OBJETOS, MERCADORIAS, PESSOAS) E IMATERIAIS (DADOS, INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO) EM DIFERENTES ESCALAS GEOGRÁFICAS.....	257
■	INDUSTRIALIZAÇÃO.....	259
	TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS, SOCIAIS, ECONÔMICAS, POLÍTICAS, CULTURAIS E AMBIENTAIS, INCLUINDO A PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DE PRODUTOS, RELAÇÕES DE TRABALHO, A ATUAÇÃO DE CORPORAÇÕES E O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, EM DIFERENTES ESCALAS GEOGRÁFICAS.....	259
■	GEOGRAFIA AGRÁRIA.....	262
	AS TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS NO CAMPO, O USO DOS RECURSOS NATURAIS, AS ATIVIDADES ECONÔMICAS, AS RELAÇÕES DE TRABALHO, AS INFLUÊNCIAS DO AGRONEGÓCIO – INCLUINDO A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS, OS FLUXOS DAS COMMODITIES E AS RELAÇÕES COM AS PROBLEMÁTICAS SOCIOAMBIENTAIS (DESMATAMENTO, USO DE AGROTÓXICOS, QUEIMADAS, ESCASSEZ HÍDRICA, DEGRADAÇÃO DO SOLO ETC) –, EM DIFERENTES LUGARES.....	262
■	PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS E SUSTENTÁVEIS REALIZADAS POR DIFERENTES SOCIEDADES E GRUPOS, EM DIFERENTES LUGARES.....	265
■	ESFERAS TERRESTRES: LITOSFERA, ATMOSFERA, BIOSFERA, CRIOSFERA, HIDROSFERA, INCLUINDO OS ELEMENTOS CONSTITUTIVOS E AS CONEXÕES SISTÊMICAS.....	268
■	RECURSOS NATURAIS: ÁGUA, ENERGIA, BIODIVERSIDADE E SOLO, INCLUINDO OS ASPECTOS RELACIONADOS AO USO, PROCESSOS PRODUTIVOS, GESTÃO E POLÍTICAS AMBIENTAIS DE CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO.....	272
	IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS RELACIONADOS AO USO DE RECURSOS NATURAIS E AOS DIFERENTES PADRÕES DE CONSUMO, INCLUINDO ASPECTOS ASSOCIADOS À ADOÇÃO DE HÁBITOS, ATITUDES E COMPORTAMENTOS RESPONSÁVEIS E SUSTENTÁVEIS.....	272
	PROCESSOS ENDÓGENOS NO PLANETA TERRA: MODELAGEM DO RELEVO TERRESTRE, TECTÔNICA DE PLACAS E TECTONISMO, VULCANISMO, INTEMPERISMOS E DESASTRES.....	273
■	PROCESSOS EXÓGENOS DO PLANETA TERRA.....	280
	ZONAS CLIMÁTICAS, PADRÕES CLIMÁTICOS, CIRCULAÇÃO GERAL DA ATMOSFERA, FENÔMENOS ATMOSFÉRICOS E CLIMÁTICOS, AQUECIMENTO GLOBAL, MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESASTRES, INCLUINDO ASPECTOS RELACIONADOS ÀS ESTRATÉGIAS E INSTRUMENTOS INTERNACIONAIS DE POLÍTICAS AMBIENTAIS.....	280
■	ANTÁRTICA: PAPEL TERRITORIAL E AMBIENTAL NO CONTEXTO GEOPOLÍTICO.....	284
	PARTE ESPECÍFICA - LIVROS E ARTIGOS.....	295
■	OS DOMÍNIOS DE NATUREZA NO BRASIL: POTENCIALIDADES PAISAGÍSTICAS.....	295
■	CARTOGRAFIA ESCOLAR E O PENSAMENTO ESPACIAL FORTALECENDO O CONHECIMENTO GEOGRÁFICO.....	297

■ GÊNESE DA GEOGRAFIA AGRÁRIA NO BRASIL	299
■ TERRITÓRIO E MULTITERRITORIALIDADE: UM DEBATE	302
■ MAPAS DA GEOGRAFIA E DA CARTOGRAFIA TEMÁTICA	303
■ GEOGRAFIA: PEQUENA HISTÓRIA CRÍTICA	305
■ O BRASIL: TERRITÓRIO E SOCIEDADE NO INÍCIO DO SÉCULO XXI	307
■ POR UMA OUTRA GLOBALIZAÇÃO	309
■ CARTOGRAFIA TÁTIL: O PAPEL DAS TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	310
■ DECIFRANDO A TERRA	313
■ REDUÇÃO DO RISCO DE DESASTRES E A RESILIÊNCIA NO MEIO RURAL E URBANO [RECURSO ELETRÔNICO]	315
■ TEMAS ATUAIS EM MUDANÇAS CLIMÁTICAS: PARA OS ENSINOS FUNDAMENTAL E MÉDIO	318
■ APRENDIZAGEM SOCIAL E FERRAMENTAS PARTICIPATIVAS PARA O NEXO URBANO: APRENDENDO JUNTOS PARA PROMOVER UM FUTURO MELHOR	320
PARTE ESPECÍFICA - PUBLICAÇÕES INSTITUCIONAIS	329
■ CURRÍCULO PAULISTA: ETAPAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL	329
■ CURRÍCULO PAULISTA: ETAPA DO ENSINO MÉDIO	334

PARTE GERAL - LIVROS E ARTIGOS

INTEGRAÇÃO CURRÍCULO E TECNOLOGIAS E A PRODUÇÃO DE NARRATIVAS DIGITAIS

O artigo “A integração currículo e tecnologias e a produção de narrativas digitais” aborda o impacto das tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) na educação, propondo que a produção de narrativas digitais seja abordada como uma forma de explorar o potencial desenvolvimento de atividades curriculares.

O artigo destaca que a integração da produção de narrativas digitais com o currículo pode potencializar a construção de novos conhecimentos pelos alunos. No entanto, é importante que se dê ênfase ao processo de produção do conhecimento e à elaboração das diferentes versões da narrativa, a fim de que o aluno possa realizar a espiral da aprendizagem e construir um novo patamar de compreensão do conhecimento científico.

CURRÍCULO E NARRATIVAS

Na seção “Currículo e narrativas”, discute-se sobre a integração das tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) no currículo escolar, que ocorre por meio do conceito de web currículo. O web currículo é definido pelos autores como um processo no qual as TDIC são incorporadas no desenvolvimento do currículo em atividades pedagógicas.

O currículo, por sua vez, é entendido por eles como uma construção cultural que engloba conteúdos, métodos, procedimentos, instrumentos culturais, experiências prévias e atividades. Desta maneira, a integração das TDIC no currículo escolar pode ocorrer por meio de diferentes abordagens educativas.

O artigo ainda destaca que, nos anos 80, uso de tecnologias digitais móveis, isto é, aqueles que permitem a conexão sem fio à internet, ficaram trancafiados nos laboratórios de informática, não chegando a alterar o funcionamento da escola, mas após o início dos anos 2000, essas tecnologias perpassaram os limites do laboratório de informática, evidenciando o potencial de uso intenso e ubíquo dessas tecnologias. As características essenciais das TDIC, como o registro de processos e produções, a facilidade de acesso aos registros digitais, sua presença onipresente e a interação multidirecional, desempenham um papel fundamental no estímulo ao trabalho colaborativo, na geração de conhecimento, na negociação de significados e na promoção da autoria (ALMEIDA; VALENTE, 2012, p. 60).

NARRATIVAS DIGITAIS E SUAS APLICAÇÕES

Nessa seção, discute-se a importância da aprendizagem situada em contexto para a construção do conhecimento, especialmente com o uso das tecnologias móveis e sem fio.

Diante das mudanças constantes da realidade, o currículo narrativo e de aprendizagem narrativa tornam-se cada vez mais importantes, currículos esses, em que os processos de aprendizagem se desenvolvem por meio de narrativas elaboradas com o uso das TDIC. As narrativas oportunizam a tomada de consciência sobre a própria aprendizagem e transformação, segundo a natureza das experiências. Os autores destacam a importância das narrativas como forma de dar sentido à própria vida e à experiência do tempo vivido, e sobre compreender como a realidade é construída.

O próprio ato de narrar, para Bruner (1990), tem valor educacional intrínseco, uma vez que organizar a experiência, em forma de narrativa, serve para interpretar melhor o que se passou, ajudando a promover a ressignificação. As narrativas são construídas a partir de um conjunto de pontos de vista pessoais e, portanto, podem existir diversas versões da mesma história ou da experiência.

Qualquer que seja o meio de expressão do pensamento, o discurso narrativo é crítico e possui uma estrutura que caracteriza uma trama, devendo conter um início para captar a atenção do outro; e o desenvolvimento dos personagens (pessoa, fato, fenômeno, comunidade etc.), com uma sequência de transformações, que mantenham entre si algum significado e integrem o conflito, o personagem, a consciência, podendo ficar aberta para ser abordada mediante outras perspectivas.

A narrativa assim produzida não é uma construção livre. Trata-se da interação entre o conhecimento adquirido, a formação da identidade individual e o uso da razão, que influenciam a maneira como as pessoas constroem sua compreensão do mundo, percebem a si mesmas e se comunicam com os outros. Neste sentido, as narrativas, produzidas na forma oral, escrita ou hipermidiática, têm grande potencial educacional, como afirma Galvão (2005).

No contexto da investigação, as narrativas podem ser usadas para análise de biografias, autobiografias, histórias de vida, narrativas pessoais, entrevistas narrativas, etnobiografias, etnografias e memórias populares, até acontecimentos singulares, integrados em um determinado contexto (GALVÃO, 2005).

O artigo ainda argumenta que, como propõem diversos autores, a produção de narrativas tem sido utilizada como uma importante metodologia de investigação na educação, bem como tem sido empregada no desenvolvimento profissional de educadores. A tarefa de analisar e dissecar a narrativa tem também o potencial de reflexão e formação, como proposto por Galvão (2005).

PARTE GERAL - PUBLICAÇÕES INSTITUCIONAIS

CONSELHOS ESCOLARES: DEMOCRATIZAÇÃO DA ESCOLA E CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

FUNÇÕES E CONSOLIDAÇÃO DOS CONSELHOS ESCOLARES

Os Conselhos Escolares são órgãos colegiados compostos por representantes das comunidades escolar e local, que têm como atribuição deliberar sobre questões político-pedagógicas, administrativas e financeiras no âmbito da escola. Cabe aos Conselhos, também, analisar as ações a empreender e os meios a utilizar para o cumprimento das finalidades da escola. Eles representam tanto a comunidade escolar quanto a local e trabalham em conjunto para definir caminhos a serem tomados para deliberar sobre as responsabilidades atribuídas a eles.

Dessa forma, os Conselhos Escolares constituem um espaço de participação e diálogo, onde as demandas educacionais são discutidas, negociadas e encaminhadas, permitindo a participação social e fomentando a gestão democrática. Enfim, são uma instância de discussão, acompanhamento e deliberação, na qual se busca incentivar uma cultura democrática, substituindo a cultura patrimonialista pela cultura participativa e cidadã.

Os Conselhos Escolares contribuem decisivamente para a criação de um novo cotidiano escolar, no qual a escola e a comunidade se identificam no enfrentamento não só dos desafios escolares imediatos, mas dos graves problemas sociais vividos na realidade brasileira [...]. (MEC/SEB, 2004, p. 39)

É com a compreensão da **natureza essencialmente político-educativa** dos Conselhos Escolares que estes devem deliberar, também, sobre a gestão administrativo-financeira das unidades escolares, visando construir, efetivamente, uma **educação de qualidade social**. Para isso, os Conselhos são responsáveis pelas seguintes funções:

- **Deliberativas:** quando decidem sobre o projeto político-pedagógico e outros assuntos da escola, aprovam encaminhamentos de problemas, garantem a elaboração de normas internas e o cumprimento das normas dos sistemas de ensino e decidem sobre a organização e o funcionamento geral das escolas, propondo à direção as ações a serem desenvolvidas. Elaboram normas internas da escola sobre questões referentes ao seu

funcionamento nos aspectos pedagógico, administrativo ou financeiro;

- **Consultivas:** quando têm um caráter de assessoramento, analisando as questões encaminhadas pelos diversos segmentos da escola e apresentando sugestões ou soluções, que poderão ou não ser acatadas pelas direções das unidades escolares;
- **Fiscais** (acompanhamento e avaliação): Ao acompanhar a implementação das atividades pedagógicas, administrativas e financeiras, os Conselhos Escolares desempenham a função de avaliar e assegurar o cumprimento das diretrizes das escolas, bem como garantir a qualidade social do ambiente escolar no dia a dia;
- **Mobilizadoras:** quando promovem a participação, de forma integrada, dos segmentos representativos da escola e da comunidade local em diversas atividades, contribuindo assim para a efetivação da democracia participativa e para a melhoria da qualidade social da educação.

COMO CRIAR, (RE)ATIVAR OU CONSOLIDAR OS CONSELHOS ESCOLARES?

No Plano Nacional de Educação está expressa a necessidade de promover a participação da comunidade na gestão das escolas, universalizando, em dois anos, a instituição de Conselhos Escolares ou órgãos equivalentes. Dessa forma, cabe ao diretor da escola ou a quaisquer representantes dos segmentos das comunidades escolar e local a iniciativa de criação dos Conselhos Escolares, convocando todos para organizar as eleições do colegiado.

Devem fazer parte dos Conselhos Escolares: a direção da escola e a representação dos estudantes, dos pais ou responsáveis pelos estudantes, dos professores, dos trabalhadores em educação não-docentes e da comunidade local. Como um órgão colegiado, o Conselho Escolar toma decisões de forma coletiva e só tem existência enquanto está em reunião. Nenhum membro possui autoridade especial fora órgão apenas por fazer parte dele.

No entanto, o diretor desempenha o papel de coordenador na implementação das decisões tomadas pelo Conselho Escolar e atua como articulador das ações de todos os envolvidos, com o objetivo de garantir a efetivação do projeto pedagógico na construção do processo educativo. Conforme estabelecido pelo regimento e a critério de cada Conselho, ele poderá, ou não, ser o próprio presidente do Conselho Escolar.

Os membros efetivos são os representantes de cada segmento, enquanto os suplentes têm a possibilidade de participar de todas as reuniões, porém, apenas possuem o direito de expressar suas opiniões verbalmente se o membro efetivo estiver presente.

Recomenda-se que os Conselhos Escolares sejam constituídos por um número ímpar de integrantes, procurando-se observar as diretrizes do sistema de ensino e a proporcionalidade entre os segmentos já citados, ficando os diretores das escolas como “membros natos”, isto é, os diretores no exercício da função têm a sua participação assegurada no Conselho Escolar.

PARTE GERAL - LEGISLAÇÃO

LEI Nº 7.398, DE 4 DE NOVEMBRO DE 1985 – DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DE ENTIDADES REPRESENTATIVAS DOS ESTUDANTES DE 1º E 2º GRAUS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neste ponto, apresentamos a legislação que dispõe sobre a organização de entidades representativas dos estudantes de 1º e 2º graus e dá outras providências. Nesse sentido, é cabível a explicação acerca do art. 1º, da referida lei. Vejamos:

Art. 1º *Aos estudantes dos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus fica assegurada a organização de Estudantes como entidades autônomas representativas dos interesses dos estudantes secundaristas com finalidades educacionais, culturais, cívicas esportivas e sociais.*

§ 1º (VETADO).

§ 2º *A organização, o funcionamento e as atividades dos Grêmios serão estabelecidos nos seus estatutos, aprovados em Assembléia Geral do corpo discente de cada estabelecimento de ensino convocada para este fim.*

§ 3º *A aprovação dos estatutos, e a escolha dos dirigentes e dos representantes do Grêmio Estudantil serão realizadas pelo voto direto e secreto de cada estudante observando-se no que couber, as normas da legislação eleitoral.*

Dessa forma, é devida a explicação sobre os graus escolares, uma vez que, à época da promulgação da referida legislação, a tratativa dos graus de escolaridade diferia da atual.

Sendo assim, os estudantes de **primeiro grau** são aqueles que estão cursando o Ensino Fundamental, ou seja, do 1º ao 9º ano.

Por conseguinte, o **segundo grau** comporta os alunos que estão cursando da primeira até a terceira série do Ensino Médio.

Em detrimento a isso, no momento é possível o entendimento da lei, uma vez que possui responsabilidade de assegurar a possibilidade de organização estudantil, como entidades autônomas, que representam os interesses dos estudantes secundaristas com finalidades educacionais, culturais, cívicas, esportivas e sociais. É a segurança de formar um grêmio escolar, em que alguns alunos, que serão eleitos, figurarão como porta-vozes dos demais alunos, diante à direção escolar.

Continuando, ainda no § 2º, art. 1º, para que haja a atividade desses grêmios, eles serão estabelecidos nos estatutos, de forma a serem aprovados em Assembleia Geral do corpo discente de cada estabelecimento de

ensino convocado para esse fim. Isto é, para que se tenha um grêmio estudantil, é necessária a sua prévia existência já homologada internamente.

Por fim, o § 3º, do art. 1º, estabelece a forma como será realizada a aprovação dos estatutos e, também, como será dada a escolha dos dirigentes e dos representantes do grêmio, de forma que deverá haver voto direto e secreto de cada estudante, observando, nos moldes cabíveis, as normas da legislação eleitoral.

LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990 – DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA CRIANÇA DO ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é a lei responsável pela defesa legal dos direitos das crianças e dos adolescentes e pela responsabilização daqueles que não cumprem as determinações legais.

Assim, todos os direitos básicos e fundamentais para o desenvolvimento saudável da criança e do adolescente têm respaldo constitucional, especificamente no art. 227. Veja:

Art. 227 (CF, de 1988) *É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.*

Dessa forma, o ECA é importante juridicamente porque reconhece a criança e o adolescente como sujeitos de direitos e assegura que eles sejam tratados de acordo com as suas especificidades e necessidades. Ele prevê, por exemplo, a proteção integral à saúde, à educação, à cultura, ao lazer e à convivência familiar e comunitária.

Além disso, estabelece, também, medidas de proteção em casos de violência, abuso ou exploração de crianças e adolescentes, além de prever a aplicação de medidas socioeducativas para os jovens que cometem atos infracionais, com o objetivo de responsabilizá-los por seu comportamento e de promover a sua reintegração à sociedade.

Em resumo, o Estatuto da Criança e do Adolescente é um marco legal que reconhece os direitos e a dignidade das crianças e adolescentes brasileiros e estabelece uma série de obrigações e responsabilidades para garantir a sua proteção e desenvolvimento integral.

ARTIGOS 1º A 6º

Disposições Preliminares

As disposições preliminares do Estatuto da Criança e do Adolescente estão contidas nos arts. 1º a 6º. Vemos que o principal objetivo do referido estatuto está descrito em seu art. 1º, qual seja: a **proteção integral à criança e ao adolescente**.

PARTE ESPECÍFICA - CONHECIMENTOS

CONCEITOS ESTRUTURANTES DA CIÊNCIA GEOGRÁFICA

ESPAÇO GEOGRÁFICO, PAISAGEM, LUGAR,
TERRITÓRIO E REGIÃO, BEM COMO SUAS
APROXIMAÇÕES E ELEMENTOS CONSTITUTIVOS

No ano de 2022, a sede escolhida para a Copa do Mundo foi o Catar, país que possui uma distância média de quase 12 mil quilômetros em relação ao nosso país. Com isso, você já deve imaginar que nossos horários são diferentes. Assim, o primeiro jogo da seleção brasileira na Copa foi marcado para dia 24 de novembro de 2022, às 22 horas no horário local, o que, seguindo o horário oficial de Brasília, equivale às 16 horas.

No entanto, você sabe por que existe essa diferença de 6 horas em relação aos dois países? Para desvendar essa questão, devemos compreender os movimentos da Terra e a organização do espaço geográfico.

O planeta Terra possui cerca de 40 mil quilômetros de circunferência. Graças ao movimento que ele faz em torno de seu próprio eixo, chamado de **movimento de rotação**, o sol incide de forma diferente sobre a superfície terrestre. Esse movimento dura exatamente 23 horas, 56 minutos e 4,1 segundos, o que costumamos arredondar para 24 horas e denominamos “dia”.

Sendo assim, pegamos os 360° da esfera terrestre e dividimos pelas 24 horas, chegando à relação 1 hora a cada 15° de circunferência. Cada um desses graus, chamados de meridianos, tem como meridiano principal de referência o **meridiano de Greenwich (0°)**. A Terra gira no sentido anti-horário, o que faz com que as posições a leste (direita) de Greenwich estejam adiantadas em relação a ele, enquanto as posições a oeste (esquerda) de Greenwich estejam atrasadas em relação a ele.

Para exemplificar melhor, voltemos ao exemplo da Copa. O jogo, no horário do Catar, aconteceu às 22 horas (+3 horas de Greenwich), enquanto no Brasil, o jogo foi transmitido às 16 horas (-3 horas de Greenwich). Observamos essa diferença também por meio dos meridianos: o meridiano do Catar está 45° a leste de Greenwich, enquanto Brasília (de onde seguimos nosso horário oficial), está 45° a oeste de Greenwich.

Agora, como você já deve ter ouvido falar, não é o Brasil todo que segue o horário de Brasília. Isso ocorre por conta da grande distância longitudinal (posição na horizontal) que possui o Brasil. Com isso, temos 4 fuso-horários: horário de Fernando de Noronha (-2 horas em relação a Greenwich), horário de Brasília (-3 horas em relação a Greenwich), horário de Manaus (-4 horas em relação a Greenwich) e horário do Acre (-5 horas em relação a Greenwich).

Um impacto prático dessa diferença também pode ser notado nos anos de eleição. Nos dias de eleição,

você pode notar que na região Sudeste só se pode começar a saber dos primeiros resultados a partir das 19 horas. Ora, porque isso ocorre se já fechamos as seções às 17 horas? Isso acontece porque, no Acre, ainda são 15 horas quando se encerraram as eleições no Sudeste e a lei eleitoral não permite que a divulgação dos primeiros resultados possa influir nas pessoas que votarão durante as duas horas finais por lá.

Além do movimento de rotação, outro movimento da Terra que impacta profundamente a nossa vida é o **movimento de translação**. Esse movimento ocorre da Terra em relação ao sol, que dura 365 dias, 5 horas e 48 minutos. Arredondamos o ano em 365 dias; essas cerca de 6 horas restantes são acumuladas e, de quatro em quatro anos, transformadas em um dia a mais no calendário (os chamados anos bissextos, em que acrescentamos o dia 29 de fevereiro).

O principal impacto do movimento de translação em relação à Terra são as estações do ano. Isso porque a Terra possui seu eixo inclinado em relação ao sol, em torno de 23° graus. Com isso, a incidência de sol varia entre os hemisférios norte e sul ao longo do ano. Assim como adotamos um ponto zero no caso dos meridianos, também usamos um marco zero para dividir a Terra em sua orientação vertical, que chamamos de Linha do Equador.

Para facilitar o entendimento, vamos assumir como referência alguém que vive em Vitória, capital do Espírito Santo, que está localizada cerca de 20° de latitude sul em relação à Linha do Equador. Com isso, entre 21 de dezembro e 21 de março, tem-se o verão na região, por conta de o sol estar incidindo com maior intensidade no hemisfério sul. Entre 21 de março e 21 de junho, tem-se o outono, pois a maior intensidade dos raios solares está se deslocando em direção à Linha do Equador.

Entre 21 de junho e 21 de setembro, tem-se o inverno, pois é o hemisfério norte que está recebendo maior intensidade dos raios solares. Entre 21 de setembro e 21 de dezembro, dá-se a primavera, pois a incidência dos raios solares está se deslocando do norte para o sul em direção à Linha do Equador. E assim o processo vai se repetindo.

As estações acabam definindo as condições climáticas das regiões. O litoral, por exemplo, tem o clima tropical litorâneo, ou seja, costuma ter um verão quente e mais seco, enquanto recebe mais chuvas e tem queda de temperatura durante o inverno. Como podemos notar, isso tem impacto em nossas atividades diárias e na economia, como no turismo e na agricultura.

BIOMAS E DOMÍNIOS MORFOCLIMÁTICOS E AS RELAÇÕES COM DIFERENTES POPULAÇÕES HUMANAS: NO TERRITÓRIO BRASILEIRO E EM OUTRAS REGIÕES DO MUNDO

As paisagens espalhadas pelo mundo são resultantes, naturalmente, da interação entre clima, vegetação, relevo e solo. Além disso, dois outros fatores determinantes para sua composição são a posição e a extensão latitudinal de tal área e a ação humana (ou **antrópica**), que acelerou e continua acelerando a modificação destes espaços.

PARTE ESPECÍFICA - LIVROS E ARTIGOS

OS DOMÍNIOS DE NATUREZA NO BRASIL: POTENCIALIDADES PAISAGÍSTICAS

CONCEITO E CRITÉRIOS DE DELIMITAÇÃO

Domínio morfoclimático e fitogeográfico designa a grande unidade de paisagem em que relevo, clima, solos, hidrografia e cobertura vegetal mantêm combinação estável por centenas de milhares de quilômetros quadrados. A formulação resultou de décadas de trabalho de campo no território brasileiro e rompeu com as classificações que tratavam cada elemento natural como camada independente. O geógrafo passa a descrever conjuntos integrados, e não mapas sobrepostos de clima, de relevo e de vegetação. A unidade de leitura é a paisagem.

A unidade de análise não é o limite político nem a bacia hidrográfica, e sim a área nuclear em que os atributos naturais aparecem na forma mais típica. Ao redor desse núcleo estendem-se faixas nas quais os traços do domínio vizinho se interpenetram, de modo que a passagem de um conjunto a outro ocorre por gradação, nunca por linha rígida. A cartografia resultante trabalha com manchas e com bordas difusas.

Seis grandes domínios ocupam o território brasileiro segundo essa classificação, cada um correspondendo a um arranjo específico de clima, relevo, solos e vegetação. Os três primeiros abrangem o interior tropical e a fachada atlântica, com as terras baixas florestadas equatoriais da Amazônia, os chapadões interiores de cerrados e florestas-galeria e os mares de morros florestados. Os outros três reúnem as depressões interplanálticas semiáridas com caatingas, os planaltos subtropicais com araucárias e as coxilhas subtropicais com pradarias mistas. A nomenclatura sintetiza, em cada caso, relevo e vegetação dominantes.

A delimitação combina critérios morfoclimáticos e fitogeográficos, o que significa considerar ao mesmo tempo a esculturação do relevo pelos processos climáticos atuais e pretéritos e a resposta da vegetação a essas condições. Os paleoclimas entram na explicação porque as oscilações entre fases úmidas e fases secas do Quaternário deixaram heranças visíveis na paisagem contemporânea, como as formações relictuais que sobrevivem em sítios de condições especiais. O passado climático segue inscrito no presente.

Os redutos florestais isolados em meio a domínios secos funcionam como testemunhos dessas mudanças climáticas antigas e sustentam a chamada teoria dos refúgios, pela qual a biodiversidade tropical se diversificou em manchas de floresta preservadas durante as fases áridas. Brejos de altitude no Nordeste e matas de galeria no Brasil central ilustram bem o argumento,

porque abrigam espécies típicas de ambientes mais úmidos em plena área semiárida ou de cerrado. A leitura do presente exige, portanto, atenção ao passado climático. Formas de relevo, solos e manchas de vegetação guardam registros de condições ambientais que já não existem na área onde se encontram.

Cada domínio comporta subconjuntos internos que produzem contrastes expressivos dentro da mesma unidade. A generalização cartográfica nunca elimina a diversidade local.

O conceito tem valor didático direto porque organiza o estudo da natureza brasileira em blocos compreensíveis e evita a listagem solta de climas e de biomas. Não confunda domínio morfoclimático com bioma. O primeiro integra relevo, clima, solos, águas e vegetação numa unidade de paisagem; o segundo privilegia a comunidade biológica e sua estrutura funcional.

AMAZÔNIA E CHAPADÕES DO CERRADO

O domínio amazônico ocupa cerca de dois quintos do território nacional e reúne terras baixas, planaltos sedimentares rebaixados e a mais extensa floresta equatorial do planeta. O clima quente e úmido durante todo o ano, com totais pluviométricos elevados e pequena amplitude térmica anual, sustenta a floresta densa e alimenta o maior sistema fluvial do mundo. Os solos, em geral profundos e lixiviados, guardam baixa fertilidade natural e dependem da ciclagem rápida da matéria orgânica.

A compartimentação interna da Amazônia acompanha a dinâmica das águas e distingue três grandes situações de paisagem. As várzeas recebem a inundação periódica dos rios de água barrenta e concentram sedimentos férteis vindos dos Andes. Os igapós permanecem alagados por rios de água preta e abrigam vegetação adaptada à submersão prolongada. A terra firme, livre de inundação, ocupa a maior extensão e apresenta a floresta mais alta e diversificada. A fertilidade dos solos acompanha essa divisão e explica a concentração histórica da ocupação ribeirinha nas várzeas.

Planaltos residuais e serras baixas surgem nas bordas norte e sul do domínio, nos escudos das Guianas e do Brasil Central, e introduzem campos rupestres e savanas em meio à floresta. O relevo amazônico não se reduz à planície.

O domínio dos cerrados estende-se pelo Brasil Central e caracteriza-se por chapadões extensos, superfícies aplainadas de grande altitude e vales encaixados que drenam as três maiores bacias hidrográficas do país. O clima tropical apresenta duas estações bem marcadas, uma chuvosa no verão e outra seca no inverno, e esse regime condiciona a fisionomia da vegetação, a dinâmica dos rios e o calendário agrícola. A posição de dispersor de águas confere ao domínio importância estratégica, já que dele partem contribuições para as bacias Amazônica, do Tocantins-Araguaia, do São Francisco e do Paraná. Alterar a cobertura vegetal dos chapadões repercute, assim, muito além dos seus limites.

A vegetação do cerrado combina estrato herbáceo contínuo com árvores e arbustos de troncos retorcidos, casca espessa e raízes profundas, adaptação ao fogo recorrente e à longa estiagem. Ao longo dos cursos d'água, as florestas-galeria acompanham as linhas de drenagem e formam corredores úmidos

PARTE ESPECÍFICA - PUBLICAÇÕES INSTITUCIONAIS

CURRÍCULO PAULISTA: ETAPAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL

OS FUNDAMENTOS PEDAGÓGICOS DO CURRÍCULO PAULISTA

O Compromisso com a Educação Integral

O Currículo Paulista considera a **Educação Integral** como a base da formação dos estudantes do Estado, independente da rede de ensino que frequentam e da jornada que cumprem. Dessa maneira, afirma o compromisso com o desenvolvimento dos estudantes em suas dimensões **intelectual, física, social, socioemocional e cultural**, elencando as competências e as habilidades essenciais para sua atuação na sociedade contemporânea e seus cenários complexos, multifacetados e incertos.

Viver, aprender e se relacionar nesse novo contexto tem exigido, cada vez mais, maior autonomia e mobilização de competências dos sujeitos para acessar, selecionar e construir pontos de vista frente ao volume substancial de informações e conhecimentos disponíveis, para buscar soluções criativas e fazer escolhas coerentes com seus projetos de vida e com o impacto dessas escolhas.

Assim, nas escolas que integram o Sistema Estadual de Ensino, as atividades desenvolvidas com os estudantes, dentro e fora do espaço escolar, devem convergir para que todos possam desenvolver as competências gerais explicitadas no quadro seguinte.

Competências Gerais da BNCC, Reiteradas pelo Currículo Paulista

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva
2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas
3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural
4. Utilizar diferentes linguagens — verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital —, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva
6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade
7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta
8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas
9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza
10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários

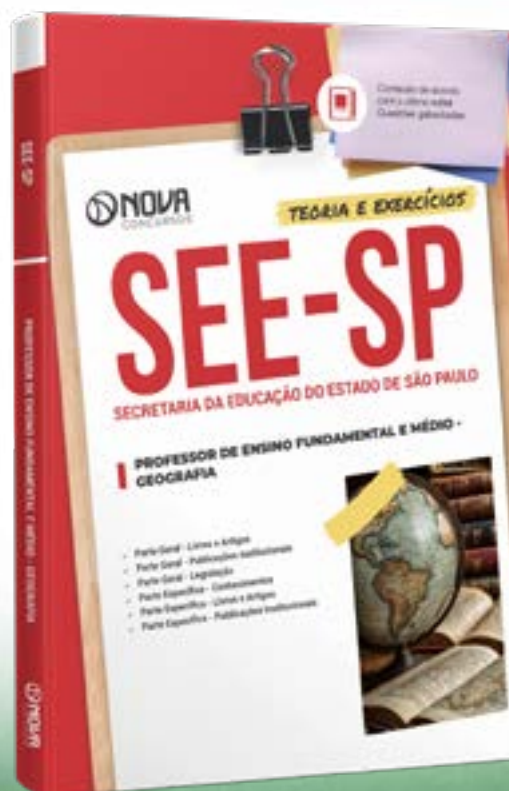
MAIS DE 100 MIL ALUNOS APROVADOS!

 799 APROVADOS NO
BANCO DO BRASIL 2021

 92 APROVADOS
NO TJ-MG 2022

 213 APROVADOS
NO SEAGRI/DF 2022

 337 APROVADOS
NO INSS 2022



GOSTOU DESSA DEMONSTRAÇÃO?

Aproveite o Desconto especial e adquira
a versão completa desse material!

ADQUIRIR MATERIAL COMPLETO